

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

FAMÍLIAS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: problematizações necessárias.

FAMILIES AND SOCIAL POLICIES IN BRAZIL: necessary problematizations.

Cilene Sebastiana da Conceição Braga¹

RESUMO

Busca-se neste artigo analisar o debate acerca das temáticas da Política Social e Família no Brasil. Os acúmulos teóricos advindo de estudos dos dois conceitos, resultado do mestrado e do doutorado, e do atual projeto de investigação acerca das tensões presentes no campo das famílias e do cuidado culminaram na elaboração desse trabalho. A metodologia de análise tem como base o materialismo histórico-dialético e os resultados mostram que a família está presente nas preocupações tanto no campo acadêmico, como no campo das ações estatais. As mulheres ainda são colocadas no lugar de responsabilização dos cuidados e da permanência nas ações governamentais e programas de transferência de renda.

Palavras-chave: Família; política social; Estado.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the debate surrounding the themes of Social and Family Policy in Brazil. The theoretical accumulations arising from studies of the two concepts, the result of the master's and doctorate, and the current research project about the tensions present in the field of families and care culminated in the elaboration of this work. The analysis methodology is based on historical-dialectical materialism and the results show that the family is present in concerns both in the academic field and in the field of state actions. Women are still placed in the role of responsibility for care and permanence in government actions and income transfer programs.

Keywords: Family; social policy; State.

¹ Professora da graduação e pós graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); Pós-doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal; cilene@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar as principais problematizações presentes no campo da temática da Família e Política Social no Brasil. Ele é o resultado de pesquisas realizadas desde a realização do mestrado em Política Social e posteriormente doutorado onde foram realizados estudos com as temáticas de Família, Estado, Política Social, Cuidado e Gênero.

Utiliza-se como metodologia analítica o materialismo histórico-dialético. As reflexões apresentadas resultaram de estudos sobre Famílias chefiadas por mulheres no Distrito Federal, realizada no mestrado, ações voltadas para as famílias no campo da Assistência Social e de um projeto de investigação desenvolvido atualmente sobre as tensões entre Família e Trabalho no campo da infância e envelhecimento, estudo realizado envolvendo cinco universidades brasileiras.

2 A TEMÁTICA DA FAMÍLIA COMO PRINCIPAL PONTO DE REFERÊNCIA DE ESTUDOS E AÇÕES.

As temáticas sobre família, pobreza e assistência social vêm sendo foco de muitos estudos e preocupações nos últimos anos, tanto no espaço acadêmico como na gestão de Políticas Sociais. O primeiro, geralmente, aponta elementos ligados às mudanças da configuração familiar como, por exemplo, o aumento de mulheres chefes de família; aumento do número de idosos, a diminuição do número de famílias compostas por pai, mãe e filhos; a diminuição do número de nascimentos; a entrada da mulher de forma mais intensa no mundo do trabalho e sua sobrecarga de atividades, tanto no espaço público como no privado; entre outras temáticas. Já, no âmbito da Política Social, a família passou a ser o centro das atenções, em especial, nas áreas de Assistência Social, Saúde e Trabalho. Assim, tanto na área acadêmica como na gestão pública, a família se faz presente, seja na busca de conhecimentos, seja como foco de intervenção do Estado em função das demandas a ela colocadas, principalmente a partir de 1990.

É nesse debate que se situam as preocupações para aprofundar conhecimentos nesse campo. Autores como Miotto (2004, 2006 e 2010), Carvalho (2007), Duarte e Alencar (2010), Saraceno (2003) e Therborn (2006), abordam a temática da família a partir de várias matrizes teóricas salientando suas metamorfoses sofridas historicamente no espaço e no tempo. No que

tange à Política Social, em especial na Europa, autores como Castel (1998) e Esping-Andersen (1991 e 2010) também já se preocupavam com essa questão em seus estudos.

Cabe destacar que o debate da família, do cuidado, da política social e sua relação com o Estado capitalista, sobretudo na área da Assistência Social, aparece em maioria nesses estudos.

Mioto (2010), umas das principais autoras brasileiras que trata das discussões da Família no âmbito da Política Social no Brasil, salienta que a responsabilização da família nas políticas sociais ocorreu de forma mais intensa no Brasil juntamente com o empobrecimento da população na década de 90. Diante disso, a autora questiona: como ocorre o processo de responsabilização da família no campo das Políticas Sociais? Para ela esse processo de responsabilização da família, parte de três elementos como ponto de partida para a análise desse processo. Primeiro, deve-se admitir a grande dificuldade de consenso sobre o que é família; inclusive Freitas (2010) destaca a necessidade de abordarmos famílias no plural diante de sua diversidade de configurações. Segundo a Política Social é um campo de grande visibilidade para interferir na vida familiar, principalmente, nas questões legais e ações governamentais; e, terceiro, o que se entende por políticas voltadas para a família? Iniciaram-se as reflexões partindo também dessas três pontuações para situar teoricamente nossas pontuações, nesse seu conjunto, o debate de classe e gênero, já que não se pode discutir família sem falar das relações do patriarcado que envolve o homem e a mulher e principalmente classe, chave teórica necessária para se analisar família.

3 FAMÍLIA E SUAS ASSIMETRIAS NO CAMPO DA POLÍTICA SOCIAL E O REFORÇO DAS RESPONSABILIDADES FEMININAS.

No que tange à abordagem trazendo as discussões de gênero e classe no campo acadêmico, observou-se que essa discussão ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 70. A necessidade de trazer esses elementos para o enriquecimento e entendimento analítico da categoria família, ocorre também em função da responsabilização dada à mulher no cumprimento das condicionalidades de permanência ou não da família no acesso às ações no âmbito da política nacional de Assistência Social, condicionalidade presente nos governos Fernando Henrique, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, como por exemplo, a responsabilização da mulher pela permanência da família no Programa Bolsa Família.

Em nossas pesquisas verificou-se que fazer uma abordagem sobre família requer identificar as mudanças que ocorreram nas suas diversas formas, nos diversos momentos históricos da humanidade, assim como, do lugar da mulher e do homem nessas diversas formas de sociedade.

Matos (2009) ao realizar um estudo histórico das relações de gênero e classe, parte da análise histórica dessas duas categorias. A autora destaca que a produção historiográfica sobre a condição da mulher é um fenômeno recente em função da negligência tomada pela história tradicional das suas reais condições de sobrevivência. Debater primeiramente o lugar da mulher no espaço acadêmico já é um grande desafio. Isso porque a desconstrução de uma imagem marcada pelas diferenças, atribuições de papéis e do viés androcêntrico nas Ciências Sociais parte da produção de um conhecimento produzido pela história tradicional e assumido historicamente durante décadas na academia. Scott (1992) ressalta que a história sendo contada durante muito tempo pelos homens apagou de forma significativa as “mulheres dos registros do passado”.

As abordagens dos trabalhos acadêmicos durante muito tempo excluíram a presença feminina, inviabilizando sua participação, colocando-as como passiva e condicionadas às atribuições ideologicamente e socioculturalmente constituídas, e que por sua vez se materializavam em práticas sociais de opressão (Scott, 2009, p. 7).

Partindo da produção do conhecimento histórico, Matos (2009) destaca a importância da construção de uma perspectiva relacional de que a construção do ser social deve ser vislumbrada levando em consideração as condições de sobrevivência no contexto de luta de classes e nas relações hierarquizadas entre os “sexos”.

A luta pela inserção do feminino nos debates acadêmicos está relacionada, segundo a autora, na “reapropriação do termo “história das mulheres”, que caminhou para “gênero”. Ainda, de acordo com a autora, isto não significava apenas inseri-las nas discussões acadêmicas, mas de construir novos paradigmas científicos.

Nessa perspectiva buscou-se mergulhar na fonte de Matos (2009) e buscar relacionar gênero e classe, buscando, a partir das relações de produção e reprodução, analisar as contradições presentes no contexto familiar levando em consideração suas especificidades e seu contexto histórico. Essa abordagem busca situar o lugar das mulheres e homens no processo de produção social da vida e família.

Analisar a família e o patriarcado no processo que envolve classe e gênero é perceber que o patriarcado é um processo fortalecido também no capitalismo e legitimado na produção e reprodução social dos papéis construídos nesse modo de produção, como a reprodução da visão do responsável pela manutenção financeira da casa e pelos cuidados com as tarefas domésticas.

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macrossistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcado, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. Sem com isso estabelecer nas análises qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre capitalismo e o patriarcado (Matos, 2009, p. 70).

Então, família e patriarcado se relacionaram fortemente no decorrer histórico das diversas sociedades, além do modo de produção capitalista. Dessa forma, analisar a Política Social e sua relação com a família requer entender o porquê das responsabilidades no campo do cuidado com os membros da família serem reproduzidas para as mulheres, como os cuidados com as crianças e idosos.

Diante desses elementos, procurou-se apresentar os motivos que desencadearam a necessidade de se pesquisar a temática da família e sua relação com a Política de Assistência Social no Brasil.

Cabe salientar que a abordagem de família se torna restrita quando não se menciona seu significado em termos valorativo e ideológico, principalmente, quando se observa que no seu interior, seus membros apresentam uma diversidade de interesses e demandas de cunho individual. Por exemplo, no que tange às crianças, os cuidados geralmente são centralizados na figura da mãe em função da reprodução da cultura patriarcal na qual o Brasil é fortemente influenciado. Logo, a construção da figura da mãe como responsável pela educação dos filhos foi reproduzida e legitimada na sociedade capitalista brasileira (Freitas, 2010).

Família é um termo muito mais extenso do que sua palavra expressa. Ela é atravessada por conflitos, por subordinação e por responsabilização. Esses termos se expressam no cotidiano de homens e mulheres. Conforme os valores patriarcais, cabe aos homens a responsabilização pela manutenção financeira da família e a mulher, as atividades domésticas e cuidados com seus membros, devendo ser submissa ao homem. A reprodução de valores no

seio das famílias é muito peculiar na sociedade brasileira, levando em conta suas especificidades em termos culturais e econômicos, assim como em outros países.

A Política Social e sua interferência na vida familiar é uma das pontuações necessárias para conhecer como o Estado interfere na dinâmica do cotidiano das famílias e indivíduos, principalmente, nas questões legais. Rousseau (1987) ao construir uma abordagem sobre o Estado a partir da concepção do Contrato Social, defendia a necessidade de se construir um pacto social entre os indivíduos tendo como base um consenso. Esse consenso era o espaço onde se legitima o poder político a uma entidade suprema (Estado) que deve zelar pela “ordem” social e a garantia dos direitos. Para ele, todos deveriam abdicar de suas liberdades individuais para a construção de uma instituição baseada em normas que regulam toda a sociedade.

Cabe salientar que Marx (1994 e 2008) não construiu uma concepção de Estado, todavia, considerava que o Estado sempre esteve (historicamente) dependente do poder econômico e social da burguesia. Ele afirmava que as contradições do capitalismo só seriam eliminadas com o fim do Estado capitalista. Existe a dificuldade de analisar família sem relacioná-la com a concepção de Estado, considerado como espaço de interesses contraditórios e divergentes.

Então família na concepção desse artigo tem relação com as categorias de classe e gênero e é vista como relação historicamente construída e em permanente transformação. Não existe um modelo de família, mas famílias com seus diversos conflitos, interesses e diferenças de classe. Além disso, é importante ressaltar que a família se apresenta como espaço de produção e reprodução das condições de sobrevivência (Federici, 2002). Então, partindo da relação entre classe, gênero, estado, mercado e sociedade se pontua a concepção de família nesta pesquisa.

Família, dessa forma, passou a fazer parte de um conjunto de ações realizadas pelo Estado brasileiro envolvendo uma gama de interesses e contradições, entre elas a de proteção dos indivíduos, do seu controle, e dessa forma passou a demandar também da família uma série de responsabilidades.

É importante destacar que o Estado brasileiro sempre teve poucas ações no campo da proteção da família, e foi em função disso que a rede de solidariedade sempre foi muito presente na realidade brasileira como o cuidado com filhos, que ficou sob a responsabilidade de mãe e, na ausência de creches, ficava sob o cuidado dos avós ou vizinhança, conforme salienta Moreno (2000).

Atualmente, as discussões sobre família e políticas sociais estão nos centros de debates acadêmicos e também nas ações voltadas para políticas sociais no âmbito da Assistência Social e do Direito Social. É importante analisar historicamente em que momento essa temática ganha relevância na atual conjuntura marcada por uma sociedade dividida em classes e por um alto grau de concentração de renda. Essa relação também é marcada pelas discussões sobre “crises familiares” ou “família desestruturada” dentro de uma perspectiva conservadora e baseada na matriz teórica funcionalista de visão de mundo. As orientações advindas do Banco Mundial também centralizam suas preocupações na forma de relação que o Estado cria com a família, e, principalmente, com a mulher.

Então os estudos devem ser construídos levando em consideração: a dificuldade em conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado (Moreno, 2000) (Esping-Andersen, 2010). O segundo argumento é o fato de a família estar em vários estudos acadêmicos, por exemplo, nos de Mioto (2004, 2006 e 2010), Rodrigues (2008), Zacaron (2010) e Therborn (2006). Esses estudos demonstram, entre outros aspectos, que as famílias sofreram várias modificações, tanto no que diz respeito à diminuição do número de famílias baseadas no modelo nuclear, como no aumento de casais homossexuais, aumento de famílias chefiadas por mulheres, entre outros.

O Terceiro argumento, pode-se apontar o fato da família ser vista atualmente como foco dos programas sociais, em especial, dos programas de Assistência Social e como estratégia de ações voltadas para o alívio da pobreza e combate à miséria. Isso ocorre não apenas no Brasil, mas também na Europa e na América Latina. Essa concepção, geralmente, vem acompanhada de condicionalidades e de controle por parte dos gestores públicos e encaminhamentos advindos de decisões internacionais como consenso de Washington e do Banco Mundial.

Observou-se que a Constituição brasileira de 1988 direcionou várias responsabilidades, tanto para o Estado como para a família, mormente no campo do cuidado social. Essas responsabilidades foram apresentadas em diferentes Legislações como a do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Saúde Mental, entre outras. Uma das preocupações recorrentes dos membros familiares é dirigida ao campo do cuidado. Quando o Estado direciona responsabilidades à família, ele dirige essa responsabilidade a quem? Quem no interior da família assume os cuidados com idosos, crianças e outros membros que requerem mais atenção. São os homens ou as mulheres? Estudos mostram que a cultura do patriarcado

fortaleceu essas responsabilidades no campo do feminino. Como o Estado brasileiro lida com essas questões?

A prática do cuidado foi historicamente construída como responsabilidade feminina. No que tange aos cuidados com idosos e crianças é definida como tarefa das mulheres, além das tarefas domésticas. Esse processo culmina em grande sobrecarga de trabalho demanda a esse segmento. A reprodução das atribuições da maternidade ainda é muito forte. Segundo Badinter (2011), ainda se assiste a uma verdadeira guerra ideológica que de um lado reforça o naturalismo, com a reprodução do instinto maternal em que a reprodução da culpabilidade das mulheres que rejeitam a maternidade é muito significativa. Por outro lado, observa-se o limite para a emancipação das mulheres e da igualdade dos sexos.

Mioto (2010) destaca a necessidade do reconhecimento da família como espaço altamente complexo que se reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Será que na realidade brasileira há espaço para negociação das responsabilidades do acompanhamento do cumprimento das condicionalidades apontadas nas ações da Assistência Social? Existe também espaço para a negociação das responsabilidades no que tange aos cuidados no interior das famílias junto aos seus membros que exigem maior atenção? Como isso é pontuado nas ações da Assistência Social? Será que isso é apresentado como preocupação das ações do Estado no Brasil? Como se relaciona a questão da família com a regulação da miséria?

4 CONCLUSÃO

A necessidade de se construir uma análise a partir dessa relação ocorre em função de se entender a sociedade como um processo em constante movimento e mudança com impactos na forma de organização e sobrevivência das famílias.

As mulheres ainda são responsabilizadas pelo “sucesso” ou não das famílias cotidianamente. As ações governamentais reforçam essas relações e no governo Bolsonaro isso ficou muito evidente, não só pelas ações como a criação de um Ministério que buscou reforçar todas as assimetrias presentes no modelo de família conservador, mas também em narrativas presentes nas falas governamentais e seus representantes.

Diante dessa realidade, observou-se que analisar a família no contexto da Assistência Social é mais do que necessário no atual momento, porque é a partir dessas análises que se pode conhecer se houve avanços, retrocessos e continuidades na construção da cidadania por meio do acesso aos direitos sociais da política de Assistência Social às famílias.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

BADINTER, Elizabeth. **O Conflito**: a mulher e a mãe. São Paulo, Ed. Record, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. Família: redes, laços e políticas públicas. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais/PUC/SP, 2007.

DUARTE, Marco José de Oliveira, ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Família e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas de WelfareState. In: Lua Nova, **Revista de Cultura e Política**, n. 24, São Paulo, 1991.

ESPING-ANDERSEN (2010), Gosta ; PALIER, Bruno. **Los tres grandes retos del Estado del bienestar**. Ariel Ciência Política, Barcelona, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Reginaldo Sant'Anna (Trad.). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Família e Serviço Social – Algumas reflexões para o Debate. In: DUARTE, et al. (org.). **Família e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um Estudo Histórico das Relações de Gênero e Classe. **Saber Acadêmico**, n.º 07, Jun, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n.º 3, dez, 2004.

_____. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, et al. (Org.). **Família e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

_____. Novas Propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. In: SALES, MioneApolinário, MATOS, Maurício Castro de,

LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Família e Assistência Social. Palestra Proferida na UnB, 2010b.

MORENO, Luis. Ciudadanos precarios: la “ultima red” de protección social. Barcelona: Ariel, 2000.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In BOSCHETTI et al. (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”. In: Os Pensadores – Rousseau. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SACARENO, Chiara; NALDINI, Manuela (2003), **Sociologia da família**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 2003.

SCOTT, W Joan. “El problema da invisibilidade” In: ESCANDON, Carmem R. (org.) Gênero e história: la historiografia sobre la mujer. México: Instituto Mora, 1992.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no Mundo 1900-2000. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ZACARON, Sabrina Silva. Família e Homossexualidade: uma reflexão acerca das configurações da família na contemporaneidade e os Direitos Sociais. In: DUARTE, et al. (Org.). **Família e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.